Mensurando a Qualidade do Governo Regional: Proposta Metodológica e Aplicação para o Brasil

Measuring the Quality of Regional Government: Methodological Proposal and Application to Brazil

Renato de Castro Garcia[1]
Maurício Aguiar Serra[2]
Suelene Mascarini[3]
Anelise Peixoto dos Santos[4]
Larissa Modolo[5]
Dayanne Santos Silva[6]

Resumo: Há uma preocupação crescente na literatura com a mensuração da qualidade dos governos. Essa preocupação foi aplicada inicialmente ao nível dos países, mas estudos recentes passaram a analisar a qualidade dos governos no âmbito subnacional, por meio da avaliação de governos regionais. Imbuído neste debate, este artigo tem como objetivo apresentar um índice regional de qualidade de governo para o Brasil, chamado de BR-QoG. Para isso, foi elaborado um índice de qualidade do governo para as microrregiões brasileiras, a partir de quatro dimensões que podem expressar a qualidade do governo, que são: corrupção, criminalidade, educação e saúde. O indicador foi elaborado a partir de diversas fontes de dados secundários no período 2008-2018. Os resultados da aplicação do BR-QoG mostram um indicador composto que mensura a qualidade do governo no nível subnacional. O indicador permite avaliar a qualidade do governo regional no contexto brasileiro, comparar as diversas regiões e analisar a evolução do indicador. Duas são as principais contribuições deste artigo. Primeiro, o estudo apresenta de modo pioneiro o indicador de qualidade do governo para países em desenvolvimento. Segundo, a aplicação do indicador se deu pelo uso de dados secundários e indicadores quantitativos, e não a partir das percepções dos atores locais.

Palavras-chave: Qualidade do Governo. Instituições. Regiões.

[1] Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, Brasil.
[2] Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, Brasil.
[3] Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, Brasil.
[4] Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, Brasil.
[5] Faculdade de Ciências Aplicadas, Unicamp, Limeira, Brasil.
[6] Universidade Federal de Sergipe (UFS), Departamento de Economia, Aracaju, Sergipe, Brasil.

Abstract: There is a growing concern in literature with measuring the quality of government. While this issue was initially applied at the national level, recent studies have shifted focus to the subnational level, through the evaluation of the quality of regional governments. Imbedded in this debate, this paper aims to present an index of the quality of regional government in Brazil, the BR-QoG. To do that, we carry out an index of the quality of government for Brazilian micro-regions, based on four dimensions that can express the quality of government: corruption, crime, education, and health. The indicator was developed from various secondary data sources for the period 2008-2018. Results of applying the BR-QoG show a composite indicator that measures the quality of government at the subnational level. The application of the BR-QoG to micro-regions allows not only to assess the quality of regional government in the Brazilian context, but also to compare the different regions and analyze the evolution of the indicator. The main contributions of this article are twofold. First, the study presents in a pioneer index of the quality of government for developing countries. Second, the application of the indicator took place by using secondary data and quantitative indicators, rather than the perceptions of local actors.

Keywords: Government Quality. Institutions. Regions.

JEL: R11; R50; H70

1 INTRODUÇÃO

A qualidade do governo tem suscitado, há pouco mais de duas décadas, uma crescente atenção tanto dos acadêmicos quanto dos formuladores de política. Esta preocupação deriva da clara percepção de que a qualidade das instituições governamentais produz impactos sociais e econômicos diferenciados nas sociedades. Análises empíricas indicam que a chave para a compreensão do crescimento econômico e do bem-estar social nos países reside na qualidade destas instituições (Rothstein; Teorell, 2008). Com base nessa preocupação, diversos estudos empíricos foram realizados buscando identificar os parâmetros que impactam na qualidade dos governos, no âmbito nacional, assim como captar diferenças entre os diversos países. Nesses estudos, em geral, a qualidade do governo é compreendida como elevada imparcialidade no exercício do poder, alta qualidade na prestação dos serviços públicos e baixa corrupção. Com base nessas

premissas, foi construído o índice europeu de qualidade de governo, ou *European Quality of Government Index*, EQI (Charron; Lapuente, 2013).

Entretanto, há até alguns anos, o foco da literatura foi a mensuração da qualidade do governo no âmbito nacional. A maior parte da literatura sobre o tema focalizou-se na busca de identificação dos fatores que determinavam a qualidade dos governos nacionais. A discussão da qualidade do governo no nível subnacional ou regional ficou por bastante tempo negligenciada, em grande parte em virtude da falta de dados. Estudos mais recentes (por exemplo, Charron; Dijkstra; Lapuente, 2014; Charron; Lapuente; Annoni, 2019) almejaram preencher esta lacuna, por meio da realização de estudos que tinham a região como foco de análise. Em sequência, diversos estudos empíricos foram realizados, que estabeleceram ligações entre qualidade de governo e diversos temas pertinentes ao desenvolvimento regional, como inovação, crescimento econômico, empreendedorismo e descentralização (Rodríguez-Pose; Di Cataldo, 2015; Muringani; Fitjar; Rodríguez-Pose, 2019).

Torna-se importante ressaltar que o índice europeu de qualidade de governo regional, apesar dos avanços, foi construído com base em amplas enquetes, isto é, levantamentos diretos de dados do tipo *survey*. Nessas enquetes, os indivíduos consultados expressam as suas percepções a respeito de temas como a imparcialidade do governo, a corrupção e a qualidade dos serviços prestados pelos governos regionais. Embora as percepções sejam válidas, considerando que os indivíduoswSX20 agem conforme as suas visões, elas não são capazes de apreender o fenômeno por completo, uma vez que estão circunscritas às percepções dos agentes consultados em um momento específico do tempo.

Inserido nesse contexto, o objetivo deste artigo é apresentar um índice regional de qualidade de governo para o Brasil, que é chamado de BR-QoG. Para isso, foi elaborado um índice com foco nas microrregiões brasileiras, baseado em um conjunto de dados secundários disponíveis, que permitem avaliar a qualidade do governo regional. O índice de qualidade do governo regional (BR-QoG) é elaborado a partir de quatro dimensões que podem expressar a qualidade do governo: corrupção, criminalidade, educação e saúde. Cabe aqui sublinhar que este

esforço representa tanto uma novidade para o Brasil, quanto uma contribuição para a literatura existente. A proposição desse indicador de qualidade do governo regional vem preencher uma lacuna da literatura relativa à ausência de estudos no âmbito subnacional. Além disso, apresenta-se a aplicação desse indicador para o caso de um país em desenvolvimento, como o Brasil. De fato, a discussão sobre qualidade de governo está, em grande medida, centrada na realidade europeia, sendo a aplicação na África (Iddawela; Lee; Rodríguez-Pose, 2021) praticamente uma notável exceção, que também foi realizada com base em dados obtidos por meio de levantamento direto de dados do tipo enquetes (*surveys*).

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta a revisão de literatura sobre qualidade de governo no nível regional. Na terceira, por sua vez, o foco é a construção índice de qualidade de governo para o Brasil no âmbito das regiões. A quarta seção expõe alguns resultados da aplicação do índice para as regiões brasileiras, assim como a apresentação da evolução do indicador. Por fim, as considerações finais são apresentadas na quinta seção.

2 Revisão de Literatura: a Qualidade do Governo Regional

A incapacidade de numerosos governos, espalhados ao redor do mundo, em elaborar e implementar políticas efetivas, prestar serviços públicos de qualidade, e combater problemas persistentes de corrupção, clientelismo e tráfico de influência está na raiz das preocupações de economistas e cientistas políticos. Esses problemas de qualidade do governo estão invariavelmente associados ao fraco desempenho dos governos e suas consequências para a população em geral. É dentro deste contexto que a avaliação da qualidade dos governos tem assumido importância capital, estimulando uma recente e crescente literatura, conceitual e empírica, sobre o tema (Charron; Dijkstra; Lapuente, 2014; Charron; Lapuente; Annoni, 2019). Este interesse está assentado na clara percepção de que a qualidade das instituições governamentais gera impactos sociais e econômicos positivos, ou negativos, nas sociedades e na promoção do desenvolvimento socioeconômico.

Um aspecto central nesta discussão é o papel das instituições. Concebidas como as regras do jogo em uma sociedade (North, 1990), as instituições variam acentuadamente entre os países, o que explica, ao menos em parte, desempenhos econômicos distintos. As instituições são cruciais para o crescimento econômico de longo prazo dos países, cujo sucesso - ou fracasso - econômico residiria nas instituições políticas e econômicas (Acemoglu; Johnson; Robinson, 2005). Como os governos são instituições políticas que não só estabelecem as regras do jogo, como também recebem e atendem as demandas das sociedades, a qualidade dos governos, ou boa governança, pode exercer papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico. Nesse contexto, Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2009) construíram indicadores de governança a partir de dimensões complementares, que foram aplicadas ao âmbito nacional, e, portanto, não permitem capturar diferenças regionais concernentes à qualidade dos governos.

Cientes tanto desta insuficiência, quanto das diferenças na qualidade da governança no nível regional, pesquisadores do Instituto de Qualidade do Governo da Universidade de Gotemburgo, criaram o índice europeu de qualidade de governo (EQI, no acrônimo original) (Charron; Lapuente, 2013; Charron; Lapuente; Rothstein, 2013; Charron; Dijkstra; Lapuente, 2014). Embora o EQI tenha sido objeto de alguns ajustes ao longo dos últimos anos (Charron; Lapuente, 2018; Charron; Lapuente; Rothstein, 2019), o ponto fundamental é que a sua construção congrega substanciais pesquisas de opinião (*surveys*) nos países europeus, a partir de indicadores de governança mundial do Banco Mundial (Kaufmann; Kraay; Mastruzzi, 2009).

Nesse contexto, toda esta literatura quantitativa sobre a qualidade dos governos regionais europeus (Charron; Lapuente, 2013; Charron; Dijkstra; Lapuente, 2014; Nistotskaya; Charron; Lapuente, 2015; Charron; Lapuente; Rothstein, 2019) tem ressaltado que a qualidade de um governo está intrinsecamente relacionada à sua imparcialidade no exercício do poder, à baixa corrupção e à qualidade dos serviços públicos prestados. Cabe aqui destacar que esta literatura está em completa sintonia com a que tem enfatizado que a qualidade institucional exerce papel importante na promoção do desenvolvimento

regional (Rodríguez-Pose, 2013; Rodríguez-Pose; Di Cataldo; Rainoldi, 2014; Rodríguez-Pose; Ketterer, 2020). Além disso, um conjunto de estudos recentes procuraram estabelecer indicadores de bem-estar no nível regional e relacioná-los à qualidade de governo (Peiró-Palomino; Picazo-Tadeo; Rios, 2020; Ferrara; Nisticò, 2015). Os resultados desses estudos indicam que a qualidade do governo é um instrumento valioso para a elevação do bem-estar da população nas regiões, uma vez que encontram efeito positivo da qualidade do governo sobre o bem-estar e sobre as suas dimensões (Peiró-Palomino; Picazo-Tadeo; Rios, 2020).

A construção do EQI possibilitou uma diversidade de estudos empíricos que associam a qualidade dos governos a uma série de temas relevantes, tais como inovação, crescimento econômico, empreendedorismo e descentralização. Em geral, aquelas regiões em que a qualidade do governo é mais acentuada apresentam uma maior capacidade na implementação de políticas públicas eficientes, o que proporciona melhores resultados econômicos. De acordo com Rodríguez-Pose e Ketterer (2020), as mudanças na qualidade do governo influenciam o desempenho econômico regional na Europa, principalmente nas suas regiões periféricas. Isto significa que a qualidade do governo exerce papel importante para o crescimento econômico regional, sendo as regiões de baixo crescimento as mais beneficiadas por esta melhoria. Nesta linha, Bonanno (2019) ressaltou que a qualidade do governo moldou os desempenhos econômicos regionais de 2001 a 2015, período em que a crise financeira e a desaceleração econômica afetaram todos os países da Comunidade Europeia. Dentre os resultados encontrados, chama a atenção o fato de que quanto maior for a qualidade das instituições governamentais, maior será a probabilidade de uma região apresentar maior crescimento econômico.

Uma conexão importante é entre qualidade de governo e descentralização. Maior grau de autonomia regional acarreta melhorias na qualidade de vida da população na medida em que os governos tendem a estar mais próximos dos cidadãos e de suas demandas (Charron; Dijkstra; Lapuente, 2014). A dificuldade de se viabilizar estas melhorias na prática é em virtude da incapacidade de muitos governos regionais em prestar serviços públicos de forma eficiente e responsável. Além disso, qualidade dos governos se constitui em um elemento muito mais

importante para o crescimento econômico do que a descentralização (Muringani, Fitjar e Rodríguez-Pose, 2019). Isto sugere que os formuladores de política devem levar em consideração mecanismos para melhorar a qualidade dos governos regionais antes de conceber reformas em prol da descentralização. Este ponto está em consonância com análises que sublinharam que a melhoria das instituições governamentais seria praticamente uma precondição para a eficiência tanto do gasto público, quanto do investimento em infraestrutura (Rodríguez-Pose; Garcilazo, 2015; Crescenzi, Di Cataldo; Rodríguez-Pose, 2016).

Estudos recentes estabeleceram uma conexão entre os indicadores de qualidade do governo e inovação (Rodríguez-Pose, Di Cataldo; Rainoldi, 2014; Rodríguez-Pose; Di Cataldo, 2015). A inovação, considerada a mola propulsora do desenvolvimento econômico e um dos principais objetivos da política regional europeia, também é afetada pela qualidade do governo. De fato, deficiências na qualidade dos governos regionais podem se tornar verdadeiros obstáculos não só para a elaboração, implementação e o próprio funcionamento das estratégias de especialização inteligente, mas também para o desenvolvimento da capacidade inovadora regional, principalmente nas regiões periféricas (Rodríguez-Pose; Di Cataldo, 2015). Nesta linha de argumentação, a qualidade dos governos também impacta o empreendedorismo. As regiões onde as populações têm a clara percepção de que os governos são imparciais e, ao mesmo tempo, isentos de corrupção apresentam um número acentuadamente maior de pequenas e médias empresas (Nistotskaya; Charron; Lapuente, 2015).

3 METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE REGIONAL DE QUALIDADE DO GOVERNO – BR-QOG

O objetivo deste artigo é apresentar um índice regional de qualidade de governo para o Brasil, o BR-QoG. Nesta seção, nós apresentamos as etapas da construção do Índice de Qualidade do Governo (BR-QoG), assim como os seus principais aspectos metodológicos. Em grande parte, esta construção se apropria dos estudos prévios sobre a qualidade dos governos regionais aplicados em outros

países (Charron; Lapuente, 2013; Charron; Lapuente; Rothstein, 2019). Nesse sentido, o objetivo do indicador BR-QoG, a exemplo dos estudos internacionais, é apresentar um indicador síntese que represente a imparcialidade no exercício do poder, a baixa corrupção e a qualidade dos serviços públicos (Charron; Lapuente, 2013; Charron; Dijkstra; Lapuente, 2014; Rodríguez-Pose; Di Cataldo; Rainoldi, 2014).

Seguindo as práticas da experiência internacional aplicada às especificidades do contexto brasileiro, nós optamos por organizar os indicadores com base nas microrregiões brasileiras, o que permite um elevado grau de desagregação geográfica, mesmo levando em consideração as elevadas heterogeneidades ao longo do território. Para isso, os indicadores em nível municipal são agregados para o nível da microrregião. O período de análise é de 2008 a 2018, período em que foi possível coletar e organizar os dados de todas as quatro dimensões utilizadas para a composição do BR-QoG.

Para a elaboração do BR-QoG, quatro dimensões são consideradas: corrupção, criminalidade, educação e saúde. Para cada dimensão foi construído um índice e ajustado de forma que quanto mais próximo de 1 melhor é o índice individual da região. Esses indicadores são agrupados por meio da técnica de Análise Fatorial (AF) e posteriormente normalizados para gerar o BR-QoG, que pode ser representado da seguinte maneira:

$$Índice\ de\ Qualidade\ do\ Governo_{m,t} = BR_QoG_{m,t} = \frac{QoG_{m,t} - QoG_{m,t_{mim}}}{QoG_{m,t_{max}} - QoG_{m,t_{mim}}} \qquad (1)$$

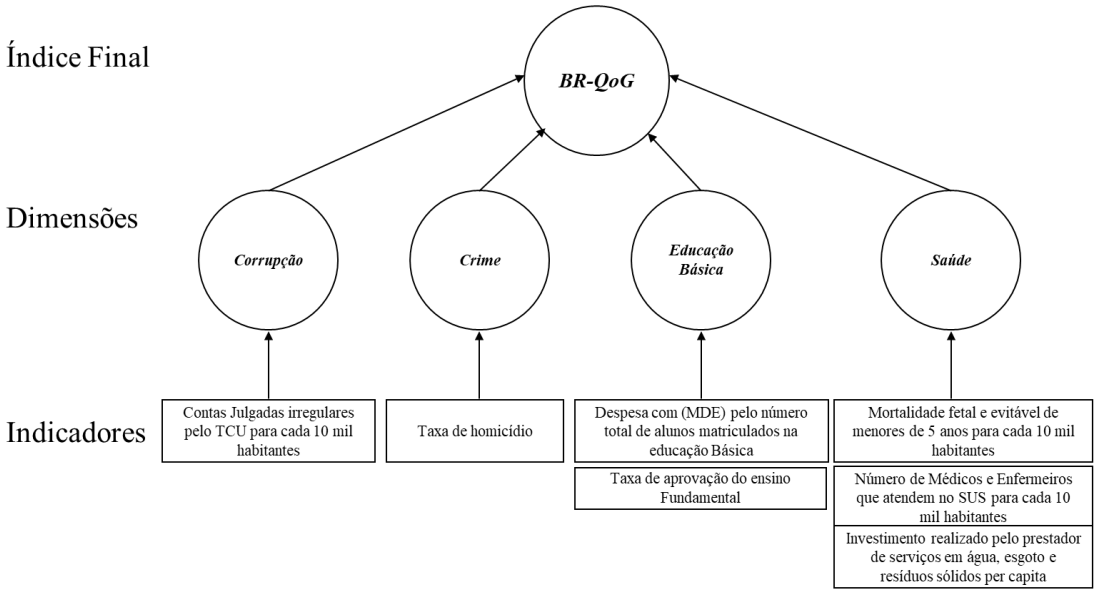
Assim, a equação acima mostra o Índice de Qualidade do Governo, BR-QoG, para a microrregião *m*, no período *t*, que corresponde aos anos pelos quais o cálculo do indicador foi realizado. As medidas utilizadas para a elaboração do BR-QoG, em cada uma das quatro dimensões estão apresentadas no Quadro 1. A Figura 1 mostra um diagrama que representa o processo de construção do BR-QoG.

Quadro 1 – Dimensões e Medidas do BR-QoG

Dimensão	Medida/Proxy	Fonte(s)
Corrupção	Contas Julgadas irregulares pelo TCU para cada 10 mil habitantes	CADIRREG e IBGE
Criminalidade	Taxa de Criminalidade	Datasus via Ipedata
Educação	Despesa com (MDE) pelo número total de alunos matriculados na educação Básica	FNDE
	Taxa de aprovação do ensino Fundamental	FNDE
Saúde	Número de mortalidade fetal e de mortalidade evitável de menores de 5 anos para cada 10 mil habitantes	Datasus
	Número de médicos e enfermeiros que atendem no SUS para cada 10 mil habitantes	CNES
	Investimento realizado pelo prestador de serviços em água, esgoto e resíduos sólidos per capita	SNIS

Fonte: Elaboração própria, 2022

Figura 1 – Diagrama de construção do BR-QoG - Índice Qualidade do Governo das regiões brasileiras



Fonte: Elaboração própria, 2022

Os parâmetros utilizados para a mensuração do BR-QoG foram aperfeiçoados em relação ao cálculo original, que está apresentado em Garcia et al (2020). As quatro dimensões apresentadas já constavam da primeira versão. Porém, com o intuito de aperfeiçoamento do indicador BR-QoG, algumas mudanças importantes foram realizadas, especialmente no indicador de saúde[7]. Nas

[7] Neste ponto, os autores agradecem os comentários e observações dos participantes dos eventos e seminários da RSA 2020, ERSA 2020, Enaber 2020 e NEIT/ Unicamp 2020.

subseções seguintes, nós detalhamos o cálculo dos indicadores de cada uma das quatro dimensões, as medidas e as fontes de dados utilizadas. Os dados utilizados estão disponíveis em Garcia et al. (2024).

3.1 Indicador de Corrupção

O indicador de corrupção nas microrregiões brasileiras é elaborado a partir do cadastro das contas irregulares (CADIRREG) julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), cadastro mantido e disponibilizado pelo mesmo órgão[8]. Para a elaboração do indicador, nós consideramos o somatório do número de contas julgadas irregulares dos municípios das microrregiões brasileiras para cada 100 mil habitantes na microrregião (dados de habitantes do IBGE), formando a Taxa de Contas Irregulares ($TxIrr_{m.t}$) na microrregião m e no período t. Portanto, o indicador de corrupção é a taxa de contas irregulares normalizada. Nós representamos o indicador de corrupção ($Ind_Corr_{m,t}$) da seguinte forma:

$$Indicador\ de\ Corrupcao_{m,t} = 1 - \ Ind_{Corr\,m,t} = 1 - \frac{TxIrr_{m,t} - TxIrr_{m,t_{mim}}}{TxIrr_{m,t_{max}} - TxIrr_{m,t_{mim}}} \qquad (2)$$

A construção do indicador de corrupção mostra que quanto maior a quantidade de contas irregulares em dada região, maior é a corrupção da microrregião m no período t, o que indica pior qualidade do governo. Como nós queremos mostrar, na composição do BR-QoG, que índices maiores representam maior qualidade do governo, o indicador de corrupção ($Ind_Corr_{m,t}$) é subtraído de 1, de modo a apontar que quanto mais elevado o indicador, maior é a qualidade do governo.

[8] Dados disponíveis em https://contasirregulares.tcu.gov.br/.

3.2 Indicador de Criminalidade

O indicador de criminalidade é composto pela normalização da taxa de homicídio das microrregiões ($TxHomi_{m,t}$). A taxa de homicídio é medida pelas ocorrências criminais, para cada 100 mil habitantes, o que envolve homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte da vítima e roubo seguido de morte (latrocínio). A fonte destas informações é o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), cujos dados são compilados e disponibilizados no Ipeadata. O indicador de criminalidade ($Ind_Crim_{m,t}$) da microrregião m no tempo t é representado da seguinte maneira:

$$Indicador\ de\ Criminalidade_{m,t} = 1 - \ Ind_{Crim_{m,t}} = 1 - \frac{TxHom_{m,t} - TxHom_{m,t_{mim}}}{TxHom_{m,t_{max}} - TxHom_{m,t_{mim}}} \qquad (3)$$

Assim como o indicador de corrupção, para a composição do BR-QoG, o indicador de criminalidade ($Ind_Crim_{m,t}$) é subtraído de 1 de modo a mostrar maior qualidade do governo. Portanto, quanto menores forem as ocorrências de homicídios, mais próximo de 1 será a taxa de homicídio normalizada na microrregião m, no período t, o que indica maior qualidade do governo. Por outro lado, valores mais próximos de zero indicam pior qualidade de governo nos termos do indicador de criminalidade.

3.3 Indicador de Educação

O indicador de educação básica das microrregiões é composto por duas medidas complementares, sendo uma medida de investimentos dos governos locais em educação básica e a outra medida de desempenho escolar dos alunos do ensino fundamental da região. Todos os dados utilizados estão disponíveis na plataforma

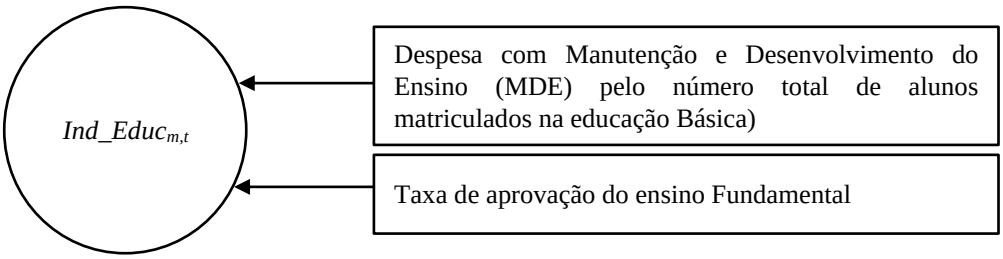
do Ministério da Educação, compilados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)[9].

A medida de investimentos foi estabelecida por meio da compilação dos dados de despesa com "manutenção e desenvolvimento do ensino" dividida pelo número total de alunos matriculados na educação básica na região. Já para a determinação da medida de desempenho escolar, foi utilizada a taxa de aprovação do Ensino Fundamental (respectivamente, códigos 4.8 e 5.3 dos indicadores). Importante mencionar que a base de dados do Ministério da Educação possui diversas outras informações, bastante desagregadas no nível dos municípios, sobre os investimentos e gastos dos municípios em educação e outros dados sobre desempenho escolar. Porém, a análise de correlação realizada entre diversas das variáveis disponíveis mostrou que as duas variáveis selecionadas representam boas proxies para compor o Indicador de Educação.

As informações são obtidas ao nível dos municípios e agregadas ao nível das microrregiões, ponderando os dados utilizados pelo número de matrículas de cada município que compõe a microrregião. Após obter a medida ao nível das microrregiões, os dados foram normalizados e agregados em um único indicador, o Indicador de Educação ($Ind_Educ_{m,t}$) da microrregião m no período t, por meio de análise fatorial. O Indicador de Educação é representado da seguinte maneira, como mostra a Figura 2:

$$Indicador\ de\ Educação_{m,t} = Ind_Educ_{m,t} = \frac{Educ_{m,t} - Educ_{m,t_{mim}}}{Educ_{m,t_{max}} - Educ_{m,t_{mim}}} \qquad (4)$$

Figura 2 – Diagrama de construção do Indicador de Educação



Fonte: Elaboração própria, 2022

[9] Disponível em: http://www.fnde.gov.br/index.php/fnde_sistemas/siope/relatorios/arquivos-dados-analiticos, na seção Indicadores de Educação Básica nos municípios brasileiros.

Quanto mais próximo de 1 for o Indicador de Educação, melhor a qualidade da educação na região, o que indica maior qualidade do governo, compondo dessa forma o BR-QoG.

3.4 Indicador de Saúde

Por fim, o Indicador de Saúde é composto por três medidas de saúde e bem-estar da população de cada microrregião brasileira: (i) número de mortalidade fetal e de mortalidade evitável de menores de 5 anos para cada 10 mil habitantes na microrregião; (ii) número de médicos e enfermeiros que atendem no SUS para cada 10 mil habitantes; (iii) investimento realizado em água, esgoto e resíduos sólidos pelo prestador desses serviços per capita. O indicador de saúde já passou por alguns melhoramentos em relação à sua versão original (apresentada em Autor, 2020). As principais alterações foram, primeiro, a retirada das medidas de proporção de pessoas com idade acima de 65 anos; da população atendida com abastecimento de água per capita; do investimento realizado em abastecimento de água pelo prestador de serviços per capita. A principal razão para exclusão das medidas é a alta correlação entre elas e outras medidas utilizadas que compõem o indicador de saúde. Além disso, em segundo lugar, foi adicionado o investimento realizado pelo prestador de serviços em água, esgoto e resíduos sólidos per capita, uma vez que essa medida é mais completa do que as medidas anteriormente propostas.

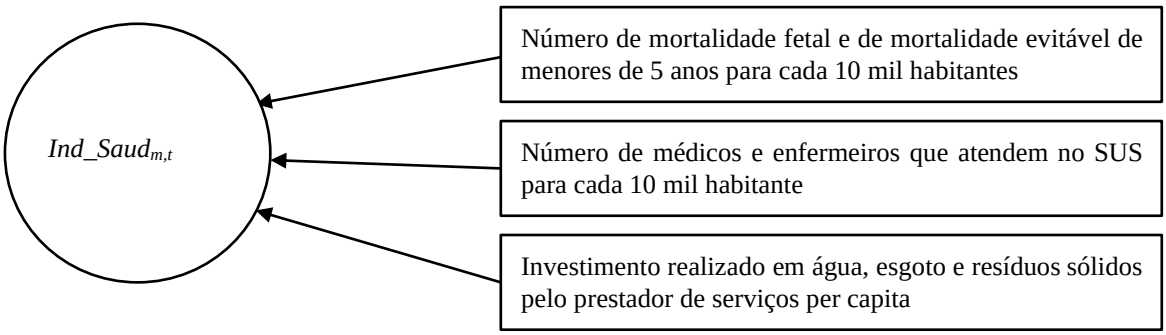
As informações utilizadas são provenientes de duas fontes de dados: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus); e Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)[10]. As medidas são normalizadas e em seguida agrupadas por meio de análise fatorial em um único índice. Nota-se que a medida de mortalidade infantil possui direção oposta às

[10] Dados: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?cnes/cnv/proc02br.def e Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS no âmbito da Secretaria Nacional de Saneamento (SNS) do Ministério do Desenvolvimento Regional. Por fim, as estimativas populacionais por faixa de idade foram coletadas em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/popdescr.htm

demais medidas, isto é quanto maior o indicador de mortalidade infantil, pior é qualidade do governo regional. Por isso, nós subtraímos de 1 o indicador de mortalidade infantil, de modo a uniformizar a direção de todas as medidas que compõem o indicador de saúde. O fator obtido na análise fatorial é normalizado, para gerar o Indicador de Saúde da microrregião m no período t ($Ind_Saud_{m,t}$), que é representado da seguinte forma, como mostra a Figura 3:

$$Indicador\ de\ Saude_{m,t} = Ind_Saud_{m,t} = \frac{Saud_{m,t} - Saud_{m,t_{mim}}}{Saud_{m,t_{max}} - Saud_{m,t_{mim}}} \quad (5)$$

Figura 3 – Diagrama de construção do Indicador de Saúde



Fonte: Elaboração própria, 2022

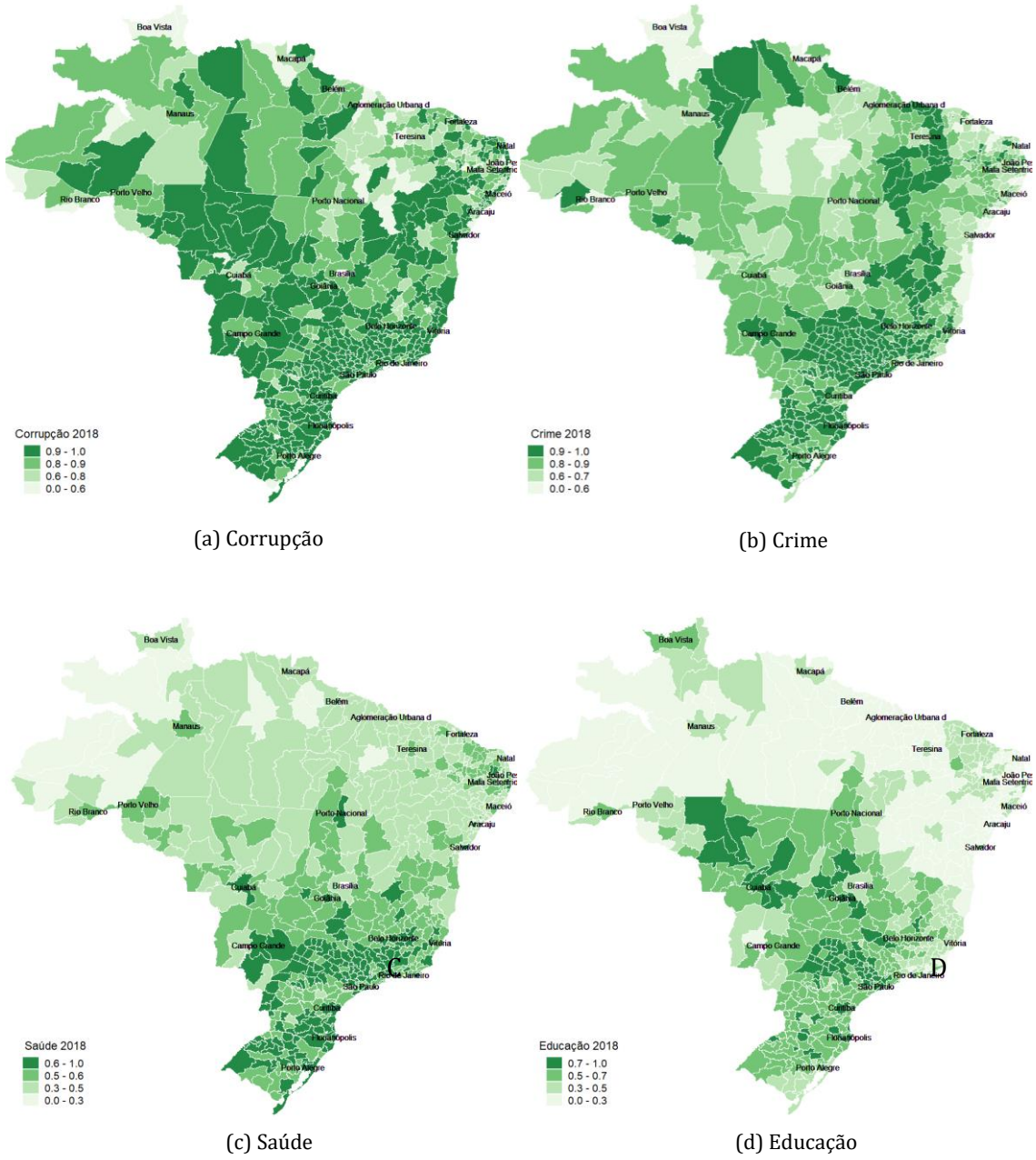
Assim, quanto maior for o indicador de Saúde, melhores são os indicadores de saúde e saneamento da região, o que indica maior qualidade de governo.

4 RESULTADOS DESCRITIVOS

4.1 Indicadores individualizados

A Figura 4 apresenta as distribuições espaciais dos *Indicadores de Corrupção, Criminalidade, Educação Básica e Saúde* para as microrregiões brasileiras no ano de 2018. O BR-QoG e os indicadores de cada uma das suas dimensões foram calculados para o período de 2008 a 2018. Porém, aqui, vamos apresentar apenas os dados de 2018, ano mais recente do cálculo do indicador.

Figura 4 – Distribuição Espacial dos Indicadores *de Corrupção, Criminalidade, Educação* e *Saúde* em 2018



(a) Corrupção (b) Crime

(c) Saúde (d) Educação

Fonte: Elaboração própria, 2022

Ao observar o *Indicador de Corrupção* (Mapa (a) na Figura 4) nota-se que em 2018 os piores Indicadores de Corrupção aparecem nas microrregiões localizadas no norte e nordeste do Brasil (verdes mais claros). Dentre as 53 microrregiões com pior indicador de corrupção (abaixo de 0,7, verdes mais claros), 35 estão localizadas na Região Nordeste, com destaque para os estados do Maranhão (11) e Paraíba (10); e 13 na Região Norte em que com destaque para os

estados de Roraima, com 3 microrregiões, e Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Tocantins com 2 microrregiões. Especificamente, Itaporanga, Aglomeração Urbana de São Luís e Brasiléia são as microrregiões que apresentaram os piores Indicadores de Corrupção em 2018 (abaixo de 0,18). Na quarta posição aparece a microrregião Mantena, no estado de Minas Gerais, com um indicador de 0,27. A microrregião de Alto Paraguai no estado do Mato Grosso ocupa a 8ª posição, e de Jaguarão, no Rio Grande do Sul é a 11º. Destaque deve ser dado a Aglomeração Urbana de São Luís por ser também a microrregião com maior volume de contas irregulares, com um total de 130 contas. Por outro lado, nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste estão localizadas as microrregiões que apresentaram os melhores Indicadores de Corrupção em 2018. Aponta-se ainda que a média desse indicador é 0,9, o que representa 1 conta irregular para cada 100 mil habitantes. Importante mencionar que os dados de TCU mostram que, em 2018, 228 microrregiões não tiveram contas irregulares dentre as contas julgadas pelo TCU, de modo que o indicador é igual a 1, o que eleva a média do indicador no nível nacional. Além disso, 63 microrregiões apresentaram apenas 1 conta irregular, o que também contribui para a elevação da média.

Em relação ao *Indicador de Criminalidade,* também é notório que as microrregiões localizadas nas Regiões Norte e Nordeste são as que apresentam os piores indicadores, enquanto as Regiões Sul e Sudeste apresentam as microrregiões como os melhores indicadores (Mapa (b) na Figura 4). Dentre as 45 microrregiões que apresentam os piores indicadores de criminalidade (menor do que 0,58), 30 estão na Região Nordeste e 12 na Região Norte. Especificamente, as microrregiões Pacajus (CE), Macaíba (RN), Caracaraí (RR) e Litoral Sul (PB) são as que apresentam os piores indicadores de Criminalidade (abaixo de 0,33). Por outro lado, dentre as 221 microrregiões com melhores indicadores de criminalidade (acima de 0,89), 112 estão na Região Sudeste e 58 na Região Sul. Entre as microrregiões com os melhores indicadores, destacam-se as de Pouso Alegre (MG), Tupã (SP), Itapeva (SP), Batatais (SP), Nhandeara (SP), Amparo (SP), Auriflama (SP), Tabuleiro (SC), Angicos (RN), Bananal (SP), Ituporanga (SC), Itaguara (MG),

São João da Boa Vista (SP), Botucatu (SP), Floraí (PR), Santa Rita do Sapucaí (MG), cujos Indicador de Criminalidade está abaixo de 0,98 (verdes mais escuros).

O terceiro indicador é o *Indicador de Educação*, cuja distribuição espacial em 2018 mostra as importantes diferenças regionais na educação básica (Mapa (c) na Figura 4). A Região Sudeste é a que apresenta microrregiões com os indicadores mais elevados, aos quais se agregam as microrregiões Região Centro-Oeste. 76 microrregiões brasileiras possuem um *Indicador de Educação* acima de 0,66, sendo que 40 estão localizadas no estado de São Paulo, seguido pelos estados de Mato Grosso e Goiás com 8 microrregiões cada. Por outro lado, 158 microrregiões apresentam *Indicador de Educação* inferior de 0,32. Essas microrregiões estão concentradas principalmente nos estados da Bahia (29), Pará (19), Paraíba (18), Maranhão (18), Sergipe (11), Piauí (11), Rio Grande do Norte (11) e Amazonas (10). O *Indicador de Educação* mostra de modo claro as importantes diferenças regionais no que se refere ao desempenho dos governos locais na área da educação.

Em relação ao *Indicador de Saúde*, nota-se que a média do indicador normalizado em 2018 é de 0,54, em que se destacam as microrregiões localizadas nas Regiões Sul e Sudeste (Mapa (d) na Figura 4). Ao todo são 79 microrregiões que apresentam *Indicador de Saúde* acima de 0,66. Nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte são encontradas respectivamente apenas 2, 4 e 1 microrregiões regiões com indicador de saúde alto. Por outro lado, 79 microrregiões apresentam indicadores abaixo de 0,4, sendo que 40 microrregiões estão localizadas na Região Nordeste, 37 na Região Norte, apenas 2 na Região Centro-Oeste. Por outro lado, as Regiões Sul e Sudeste não apresentam microrregiões com *Indicador de Saúde* abaixo de 0,40.

Individualmente, é possível assinalar que as dimensões que compõem o BR-QoG apontam para uma concentração regional dos melhores indicadores na Regiões Sul e Sudeste, enquanto a Região Centro-Oeste fica em uma posição intermediária e as Regiões Nordeste e Norte apresentam os piores indicadores, em todas as dimensões.

4.2 BR-QoG

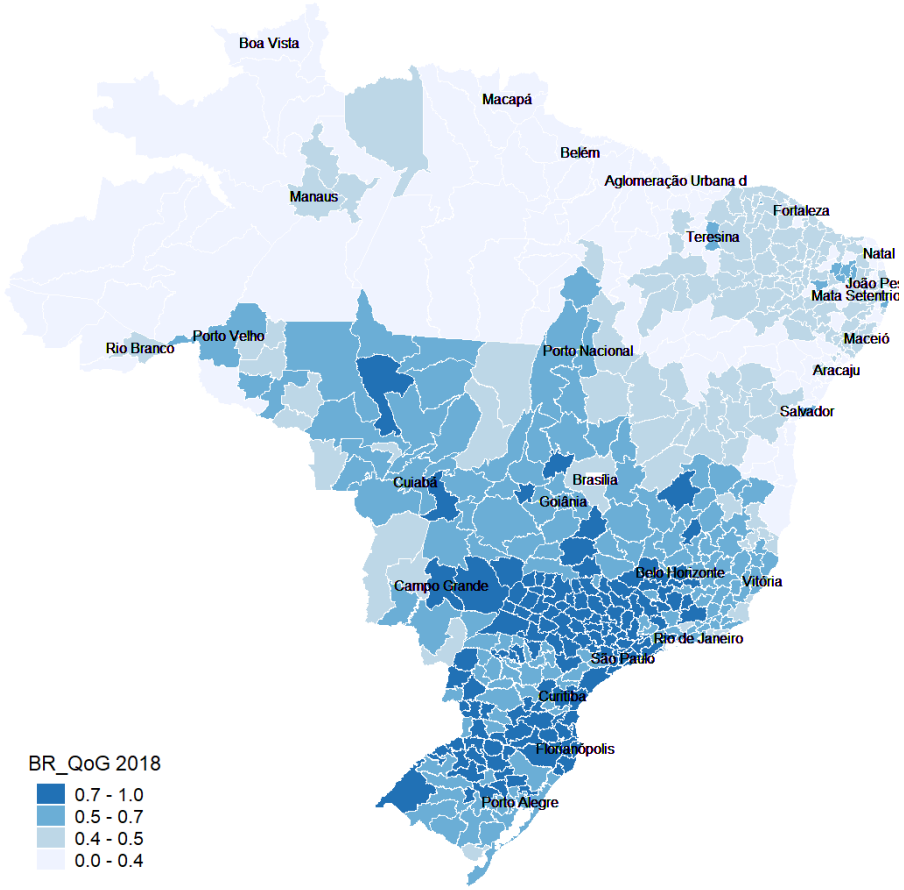
As microrregiões foram separadas em quatro grupos de acordo com os resultados do BR-QoG. A definição dos grupos, e os seus intervalos, são resultados da análise de agrupamento pelo método *k-means*, foi realizada ano a ano. Para fins de apresentação nesse artigo, o último ano do período analisado, 2018, foi selecionado. Isso possibilitou a classificação das regiões segundo a qualidade dos governos locais, como:

- **Alta (4)**: BR-QoG de 0,72 a 1,0;
- **Média-alta (3)**: BR-QoG de 0,56 a 0,72;
- **Moderada (2)**: BR-QoG de 0,38 a 0,56;
- **Baixa (1)**: BR-QoG de 0,0 a 0,38.

Observando a distribuição espacial do BR-QoG em 2018, é possível apontar grosso modo que as microrregiões localizadas nas Regiões Sudeste e Sul apresentam melhor qualidade de governo do que as microrregiões localizadas nas Regiões Norte e Nordeste (Figura 5). Dentre as Top-10 microrregiões com mais elevado BR-QoG, o que indica melhor qualidade do governo regional, 9 estão localizadas no estado de São Paulo (São José do Rio Preto, Amparo, Marília, Catanduva; Tupã, Botucatu, Campinas, São Paulo, Barretos) e 1 no Paraná (Londrina). Já entre as 10 microrregiões com mais baixo BR-QoG, o que indica pior qualidade do governo regional, 4 estão localizadas no estado de Amazonas, 2 em Roraima, 2 no Pará 2, 1 no Acre e 1 na Bahia. Os dados completos do BR-QoG de todas as microrregiões brasileiras no período analisado, assim como a classificação de acordo com a análise de agrupamento, estão mostrados no Apêndice[11].

[11] Todos os dados utilizados na elaboração do BR-QoG, para todas as microrregiões e todos os anos, foram disponibilizados no Repositório de Dados de Pesquisa da Unicamp e podem ser acessado em Garcia et al (2024).

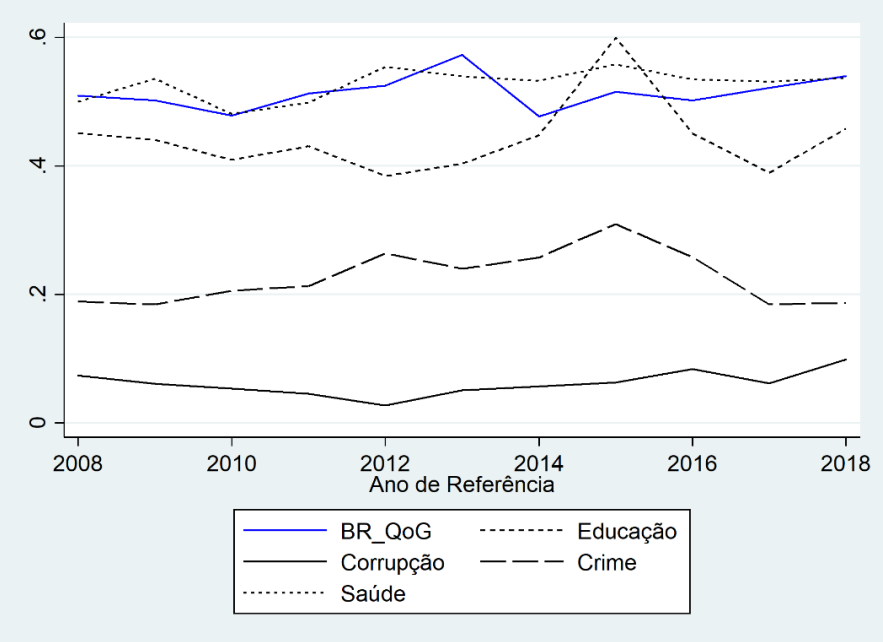
Figura 5 – Distribuição Espacial do BR-QoG em 2018



Fonte: Elaboração própria

Depois de apresentar a distribuição do Índice de Qualidade do Governo das regiões brasileiras em 2018, apresentamos a evolução da média dos indicadores para cada dimensão e do BR-QoG (Quadro 2). Ao observar a evolução dos indicadores e índice é possível perceber que, à exceção do Indicador de Educação, não parece haver uma grande variação temporal na média dos indicadores utilizados.

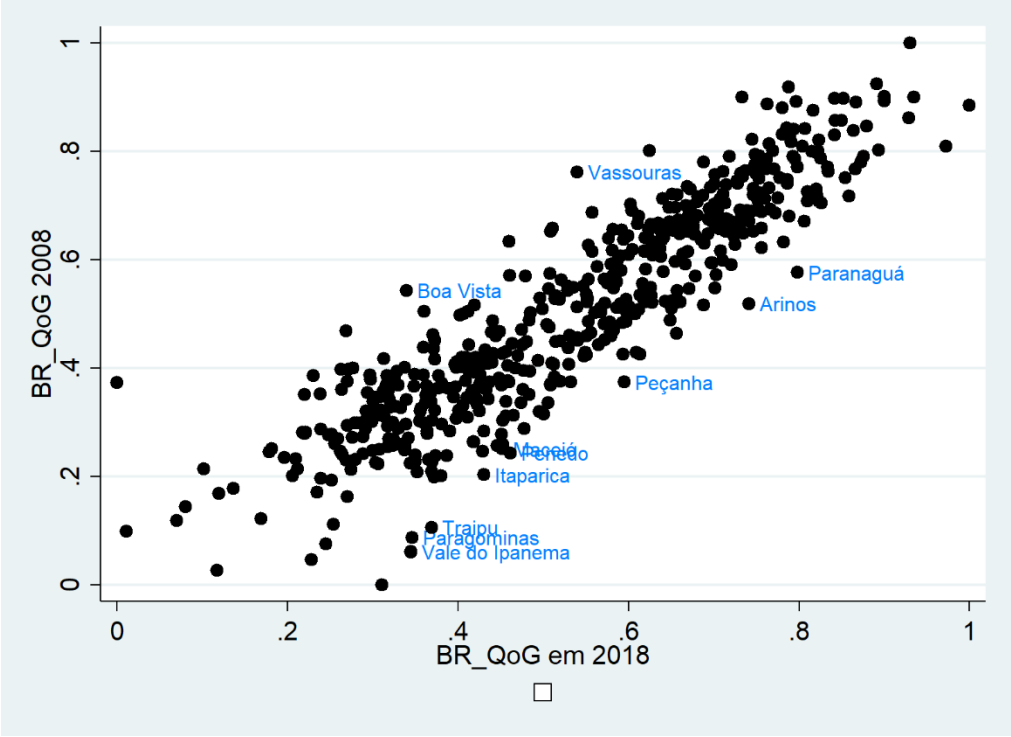
Quadro 2 – Evolução do BR-QoG e dos indicadores das dimensões utilizadas – 2008-2108



Fonte: Elaboração própria, 2022

Os dados do BR-QoG também permitem verificar as regiões que apresentaram as maiores variações do indicador de qualidade do governo regional. Para isso, nós apresentamos um gráfico em que estão mostrados os indicadores nos anos de 2008 e 2018 (Quadro 3).

Quadro 3 – Relação do BR-QoG 2008-2108



Fonte: Elaboração própria, 2022

Os dados mostrados no gráfico revelam uma certa estabilidade do indicador ao longo do tempo. A maioria das regiões situa-se em torno do eixo de 45º, o que indica que o indicador BR-QoG da região se manteve mais ou menos estável ao longo de todo o período analisado. Porém, podemos notar algumas regiões que apresentaram importante melhoria do indicador de qualidade do governo, que são aquelas que se situam abaixo e à direita do eixo principal. De outro lado, as regiões que aparecem acima e à esquerda do eixo principal, são aqueles em que o indicador BR-QoG apresentou variações negativas mais acentuadas. Ainda com a preocupação de analisar a evolução do indicador BR-QoG, é possível identificar as regiões que apresentaram melhor evolução do indicador de qualidade do governo (Tabela 1) e aquelas que apresentaram piores desempenhos em termos da evolução do BR-QoG (Tabela 2). Na última coluna das duas Tabelas, são apresentadas se a microrregião mudou sua classificação nos grupos do BR-QoG (alto, médio-alto, moderado e baixo) ao longo do período analisado.

Assim, observa-se que apesar da microrregião Tucuruí (PA) ter apresentado o melhor crescimento do indicador de qualidade entre 2008 e 2018 ela se manteve no grupo das microrregiões identificado como baixa qualidade do governo. O mesmo ocorre nas microrregiões Vale do Ipanema (PE), Traipu (AL) e Paragominas (PA). Vale ressaltar que essas apresentavam indicadores de qualidade de governo muito baixos em 2008 e avançaram de modo importante ao longo do período até 2018. Outra microrregião que pode ser ressaltada é Arinos (MT), visto que o crescimento do indicador de qualidade do governo transformou essa microrregião de moderada para alta qualidade do governo regional.

Tabela 1 – Top 10 regiões de maior crescimento do BR-QoG - 2008-2018

Região	UF	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Δ08-18	ΔGr.
Tucuruí	PA	0,00	0,08	0,07	0,22	0,27	0,32	0,17	0,22	0,27	0,26	0,31	0,31	0
Vale do Ipanema	PE	0,06	0,13	0,08	0,22	0,19	0,30	0,35	0,34	0,33	0,35	0,34	0,28	0
Traipu	AL	0,11	0,15	0,21	0,24	0,26	0,31	0,11	0,07	0,18	0,20	0,37	0,26	0
Paragominas	PA	0,09	0,13	0,05	0,19	0,23	0,32	0,17	0,24	0,27	0,34	0,35	0,26	0
Itaparica	PE	0,20	0,23	0,23	0,37	0,38	0,42	0,31	0,33	0,38	0,41	0,43	0,23	1
Arinos	MT	0,52	0,52	0,45	0,58	0,65	0,63	0,62	0,61	0,54	0,57	0,74	0,22	2
Paranaguá	PR	0,58	0,51	0,49	0,56	0,55	0,65	0,57	0,56	0,64	0,77	0,80	0,22	1
Peçanha	MG	0,37	0,49	0,55	0,55	0,58	0,57	0,54	0,61	0,54	0,52	0,59	0,22	1
Penedo	AL	0,24	0,27	0,22	0,21	0,24	0,32	0,11	0,20	0,26	0,34	0,46	0,22	1
Maceió	AL	0,25	0,32	0,23	0,22	0,23	0,31	0,23	0,30	0,39	0,42	0,45	0,20	1

Fonte: Elaboração própria, 2022

Já em relação às microrregiões que apresentaram mais expressivas variações negativas do BR-QoG, apenas a microrregião de Nhandeara (SP) não deslocou sua posição para um pior agrupamento mantendo-se no grupo de alta qualidade do governo, mesmo com a diminuição de 0,17 pontos no índice de qualidade do governo entre 2008 e 2018. Por outro lado, Vassouras (RJ) e Boa Vista (RR) perderam duas posições, a primeira com a retração de 0,22 pontos passou do grupo de alta qualidade do governo para qualidade moderada; e a segunda com redução de 0,20 pontos saiu do grupo moderado para o de baixa qualidade do governo regional. Por fim, a microrregião com maior retração em valor absoluto do indicador foi Caracaraí (RR), tornando-a a pior região em termos de qualidade do governo regional em 2018.

Tabela 2 – Top 10 regiões de pior desempenho do BR-QoG - 2008-2018

Região	UF	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Δ18-08	ΔGr.
Caracaraí	RR	0,37	0,35	0,39	0,41	0,25	0,00	0,00	0,00	0,18	0,20	0,00	-0,37	-1
Vassouras	RJ	0,76	0,74	0,68	0,63	0,58	0,69	0,56	0,48	0,49	0,55	0,54	-0,22	-2
Boa Vista	RR	0,54	0,56	0,60	0,57	0,43	0,40	0,51	0,44	0,36	0,38	0,34	-0,20	-2
Sud Roraima	RR	0,47	0,45	0,26	0,26	0,22	0,46	0,14	0,27	0,33	0,22	0,27	-0,20	-1
SM Madalena	RJ	0,80	0,71	0,66	0,62	0,78	0,76	0,67	0,63	0,63	0,52	0,62	-0,18	-1
Bacia São João	RJ	0,63	0,60	0,59	0,61	0,59	0,59	0,55	0,48	0,43	0,47	0,46	-0,17	-1
Nhandeara	SP	0,90	0,87	0,86	0,90	0,90	0,86	0,86	0,80	0,68	0,69	0,73	-0,17	0
Pacajus	CE	0,39	0,38	0,31	0,43	0,27	0,40	0,19	0,32	0,36	0,25	0,23	-0,15	-1
Macacu	RJ	0,66	0,58	0,67	0,58	0,62	0,67	0,49	0,52	0,52	0,49	0,51	-0,15	-1
Cotegipe	BA	0,50	0,45	0,43	0,50	0,46	0,54	0,40	0,47	0,43	0,44	0,36	-0,14	-1

Fonte: Elaboração própria, 2022

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo é apresentar um índice regional de qualidade de governo para o Brasil, o BR-QoG. Este artigo se alinha com um crescente número de estudos na literatura internacional que tem se preocupado com a qualidade do governo. Inicialmente, essa preocupação foi direcionada com a qualidade do governo no nível dos países. Porém, nos últimos anos pode-se notar uma crescente preocupação com a mensuração da qualidade dos governos nos níveis subnacionais, como na avaliação dos governos regionais (Charron; Dijkstra; Rothstein, 2019). Esses estudos procuraram identificar os fatores que afetam a qualidade dos governos regionais, compreendida como a elevada imparcialidade no exercício do poder, a alta qualidade na prestação dos serviços públicos e a baixa corrupção. Esses parâmetros foram utilizados para a construção do índice europeu de qualidade de governo (Charron; Lapuente, 2013).

Inspirado nessa experiência internacional, o indicador de qualidade do governo regional no Brasil, o BR-QoG, foi elaborado a partir de dados secundários disponíveis. Assim como na experiência do índice europeu, o objetivo do BR-QoG é avaliar a qualidade dos governos regionais. Para isso, foram consideradas quatro dimensões que podem expressar a qualidade do governo, que são: corrupção, criminalidade, educação e saúde. Os resultados alcançados mostram o BR-QoG

para todas as microrregiões brasileiras. Os resultados permitem não apenas comparar a qualidade do governo nas diversas regiões, como também avaliar a sua evolução no período analisado (2008-2018).

Nós podemos apontar duas principais contribuições deste artigo para o debate. Em primeiro lugar, a aplicação do índice de qualidade do governo é uma das primeiras aplicações para países em desenvolvimento, uma vez que quase todos os estudos foram aplicados ao contexto europeu, com a exceção de um estudo aplicado ao continente africano (Iddawela, Lee; Rodríguez-Pose, 2021). A segunda contribuição a ser destacada do BR-QoG é a utilização de dados secundários concretos e disponíveis, em contraste com os estudos prévios internacionais em que o índice de qualidade do governo é obtido por meio de enquetes (*surveys*) que exprimem as percepções dos agentes locais (Charron, Dijkstra; Lapuente, 2014). Além disso outras duas vantagens do BR-QoG devem ser mencionadas, que são: a elevada descentralização do indicador, que é aplicado às microrregiões brasileiras; e a consideração das quatro dimensões combinadas, corrupção, criminalidade, educação e saúde.

Os resultados da aplicação do indicador do BR-QoG para regiões brasileiras confirmam a existência de elevada heterogeneidade e desigualdade regional no Brasil. Em geral, as microrregiões das Regiões Sudeste e Sul apresentaram indicadores mais elevados de qualidade do governo, enquanto as microrregiões das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram indicadores mais baixos. Nesse sentido, estes resultados são capazes de estabelecer um diálogo mais próximo com a literatura de economia regional no Brasil, que já vem há tempos apontando os problemas relacionados com as várias faces das profundas desigualdades regionais no Brasil (Campolina Diniz, 1993; Bacelar Araújo, 1997; Monteiro Neto; Silva; Severian, 2020).

Ainda, é importante mencionar que a apresentação do BR-QoG tem importantes implicações de políticas. Os governos regionais e locais podem utilizar as informações do BR-QoG para adotar medidas que visem a melhoria da qualidade do governo e da prestação de serviços públicos à população. A identificação das principais carências nas quatro dimensões consideradas pode ser um importante

aliado para o desenho dessas medidas de políticas que visem melhorar a qualidade dos governos regionais. Certamente, a melhoria da qualidade dos governos regionais vai exercer efeitos positivos para o desenvolvimento socioeconômico da região. Porém, as eventuais relações entre o BR-QoG e as diversas dimensões – tais como bem-estar, sustentabilidade ambiental, direitos humanos, instituições, engajamento social, proteção social, entre outras, que podem proporcionar o desenvolvimento regional e local e fazem parte de uma agenda de pesquisa que se descortina a partir deste artigo.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. Institutions as a fundamental cause of long-run growth. In: AGHION, P.; DURLAUF, S. (Ed.). *Handbook of Economic Growth*. Amsterdam: North Holland, 2005. p. 385–472.

BACELAR ARAÚJO, T. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, p. 7–36, 1997.

BONANNO, F. Why regions fail (or succeed): the role of government institutions in the long run. *European Journal of Government and Economics*, v. 8, n. 2, p. 114–144, 2019.

CAMPOLINA DINIZ, C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35–64, 1993.

CHARRON, N.; DIJKSTRA, L.; LAPUENTE, V. Regional governance matters: quality of government within European Union member states. *Regional Studies*, v. 48, n. 1, p. 68–90, 2014.

CHARRON, N.; DIJKSTRA, L.; LAPUENTE, V. Mapping the regional divide in Europe: a measure for assessing quality of government in 206 European regions. *Social Indicators Research*, v. 122, n. 2, p. 315–346, 2015.

CHARRON, N.; LAPUENTE, V. Why do some regions in Europe have a higher quality of government? *The Journal of Politics*, v. 75, n. 3, p. 567–582, 2013.

CHARRON, N.; LAPUENTE, V. Quality of government in EU regions: spatial and temporal patterns. *QoG Working Paper Series*. Gothenburg: University of Gothenburg, 2018.

CHARRON, N.; LAPUENTE, V.; ANNONI, P. Measuring quality of government in EU regions across space and time. *Papers in Regional Science*, v. 98, p. 1925–1953, 2019. https://doi.org/10.1111/pirs.12437.

CHARRON, N.; LAPUENTE, V.; ROTHSTEIN, B. *Quality of government and corruption from a European perspective: a comparative study of good governance in EU regions*. London: Edward Elgar Publishing, 2013.

CHARRON, N.; LAPUENTE, V.; ROTHSTEIN, B. Measuring the quality of government at the subnational level and comparing results with previous studies. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2019.

CRESCENZI, R.; DI CATALDO, M.; RODRÍGUEZ-POSE, A. Government quality and the economic returns of transport infrastructure investment in European regions. *Journal of Regional Science*, v. 56, n. 4, p. 555–582, 2016.

FERRARA, A. R.; NISTICÒ, R. Regional well-being indicators and dispersion from a multidimensional perspective: evidence from Italy. *Annals of Regional Science*, v. 55, p. 373–420, 2015. https://doi.org/10.1007/s00168-015-0704-y.

GARCIA, Renato; SERRA, Maurício; MASCARINI, Suelene; SANTOS, Anelise Peixoto dos; MODOLO, Larissa; SILVA, Dayanne Santos. Mensurando a qualidade do governo das regiões brasileiras: uma proposta metodológica para o BR-QoG. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 416, ago. 2021, ago. 2021. 46 p. ISSN 0103-9466.

GARCIA, Renato; SERRA, Maurício; MASCARINI, Suelene; SANTOS, Anelise Peixoto dos; MODOLO, Larissa; SILVA, Dayanne Santos. *Dados BR_QoG* [dataset]. Repositório de Dados de Pesquisa da Unicamp, 2024. https://doi.org/10.25824/redu/ZOEOAQ.

IDDAWELA, Y.; LEE, N.; RODRÍGUEZ-POSE, A. Quality of subnational government and regional development in Africa. *The Journal of Development Studies*, ahead of print, p. 1–21, 2021. https://doi.org/10.1080/00220388.2021.1873286.

KAUFMANN, D.; KRAAY, A.; MASTRUZZI, M. Governance matters VIII: aggregate and individual governance indicators 1996–2008. *Policy Research Working Paper*, n. 4978. Washington, DC.: World Bank, 2009.

MONTEIRO NETO, A.; SILVA, R. O.; SEVERIAN, D. Perfil e dinâmica das desigualdades regionais do Brasil em territórios industriais relevantes. In: MONTEIRO NETO, A. (Org.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. p. 117–150.

MURINGANI, J.; FITJAR, R.; RODRÍGUEZ-POSE, A. Decentralisation, quality

of government and economic growth. *Revista de Economía Mundial*, n. 51, p. 25–50, 2019.

NISTOTSKAYA, M.; CHARRON, N.; LAPUENTE, V. The wealth of regions: quality of government and SMEs in 172 European regions. *Environment and Planning C: Government and Policy*, v. 33, n. 5, p. 1125–1155, 2015.

NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PEIRÓ-PALOMINO, J.; PICAZO-TADEO, A. J.; RIOS, V. Well-being in European regions: does government quality matter? *Papers in Regional Science*, v. 99, n. 3, p. 555–582, 2020.

RODRÍGUEZ-POSE, A. Do institutions matter for regional development? *Regional Studies*, v. 47, n. 7, p. 1034–1047, 2013.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; DI CATALDO, M. Quality of government and innovative performance in the regions of Europe. *Journal of Economic Geography*, v. 15, n. 4, p. 673–706, 2015.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; DI CATALDO, M.; RAINOLDI, A. The role of government institutions for smart specialisation and regional development. *S3 Policy Brief Series*, n. 04/2014. *JRC Technical Reports*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2014.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; GARCILAZO, E. Quality of government and the returns of investment: examining the impact of cohesion expenditure in European regions. *Regional Studies*, v. 49, n. 8, p. 1274–1290, 2015.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; KETTERER, T. Institutional change and the development of lagging regions in Europe. *Regional Studies*, v. 54, n. 7, p. 974–986, 2020.

ROTHSTEIN, B.; TEORELL, J. What is quality of government? A theory of impartial government institutions. *Governance*, v. 21, n. 2, p. 165–190, 2008.

Autor correspondente:
Renato de Castro Garcia
rcgarcia@unicamp.br

Recebido em: 26/11/2021
Aceito em: 6/10/2022